TÓPICOS DE CORREÇÃO

I

a) A.: A sucessão como facto translativo da propriedade (1316.º e 1317.º, *b*); posse adquirida através de sucessão (1255.º) (fenómeno de desmaterialização da posse: explicação); caracterização da posse (1258.º a 1262.º); efeitos da posse 1268.º e ss.); perda da posse pela posse de outrem (1267.º, n.º 1, *d*); insuscetibilidade de uma ação de restituição da posse, mas possibilidade de intentar ação de reivindicação (1311.º): caracterização e explicação do tipo de prova que deve ser levado a cabo; pretensão indemnizatória por violação do direito de propriedade, nos termos gerais, e pelo valor dos frutos ao possuidor de má fé (483.º e 1271.º, respetivamente).

b) B.: aquisição da posse por apossamento e requisitos (1263.º, *a*); impossibilidade de aquisição da propriedade de bens imóveis através de ocupação (1318.º, *a contrario*, e 1345.º); caracterização da posse - violenta? (discussão sobre a cessação ou não da violência) - (1258.º a 1262.º); efeitos da posse (1268.º e ss.); obrigação do possuidor de má-fé restituir os frutos que a coisa produziu até ao termo da posse e ainda pelos frutos percipiendos, dado que não foi diligente (1271.º); eventual aquisição da propriedade através da usucapião (1287.º a 1292.º), analisando os respetivos requisitos: posse boa (discussão dos arts. 1261.º e 1297.º); prazo (1296.º - prazo de 20 anos não atingido) e invocação; benfeitorias do possuidor (1273.º e 1275.º, n.º 2); compensação das benfeitorias com a responsabilidade do possuidor pelas deteriorações (1274.º); discussão sobre o critério de distinção entre a acessão *vs* benfeitorias.

II

Contrato de compra e venda de um bem imóvel (princípio da consensualidade e eficácia *erga omnes* (408.º, n.º 1); forma do contrato (875.º e 220.º); eliminação da competência territorial (ex-art. 19.º, do CRPr) para a prática de atos de registo predial concretizada pelo DL n.º 116/2008, de 4 de julho, podendo os atos de registo predial ser efetuados em qualquer serviço de registo predial, independentemente da sua localização geográfica, e sem ser pessoalmente (41.º-B CRPr); efeitos do registo predial (enunciação e explicação): em especial, efeito atributivo; não aplicação do art. 5.º, n.º 4, do CRPr; diferenciação entre a conceção ampla e restrita de terceiros; não proteção do terceiro de boa-fé (inexistência de dupla disposição); caracterização da hipoteca como um Direito Real de Garantia e identificação da respetiva espécie (686.º e ss., 703.º e, em especial, 710.º): possibilidade de hipotecar imóvel com base numa sentença ainda não transitada em julgado (710.º, n.º 1, *in fine*); natureza provisória do registo da hipoteca (92.º, n.º 1, al. *l*), do CRPr); efeito constitutivo do registo predial da hipoteca (4.º, n.º 2, do CRPr); meios de reação de C. por ter sido registada uma hipoteca sobre um bem que não era seu, para garantir uma dívida que não era sua, designadamente face à acessoriedade da hipoteca.

III

a) G.: identificação do usufruto como um Direito Real de Gozo e delimitação do seu conteúdo positivo; constituição (1439.º e ss.); possibilidade oneração da coisa objeto do direito de usufruto (1444.º, n.º 1), discussão se a oneração da coisa objeto do usufruto, através do direito de superfície, viola os limites negativos do usufruto, nomeadamente, o respeito quanto à forma e substância da coisa (1439.º) e, ainda, o seu destino económico (1446.º, *in fine*): posições doutrinárias e jurisprudenciais sobre a questão; responsabilidade objetiva pelos danos que as coisas padecerem por culpa da pessoas que o substituí (1444.º, n.º 2);

b) H.: identificação do direito de superfície como um Direito Real de Gozo; constituição (1524.º e ss.); definição da propriedade superficiária; discutir se se deve aplicar o 1538.º a outras formas de extinção do direito de superfície, sendo que, de acordo com o n.º 2, o superficiário terá direito a uma indemnização calculada com base no enriquecimento sem causa do proprietário.

c) F.: efeitos da oneração do usufruto sobre a propriedade: a nua propriedade e o seu significado jurídico; se se concluir existir violação dos limites negativos, deverá discutir-se se o mesmo se extingue ou, pelo contrário, se se aplica o 1482.º, que veda a extinção do direito de usufruto; possibilidade de lançar mão de uma ação negatória de forma a que se declare a inexistência do Direito Real Menor de superfície.